Parte 3 - Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos urbanos

A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: reestruturação e fragmentação do município de Inhumas/GO

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
Renato Araújo Teixeira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BARREIRA, C.C.M., and TEIXEIRA, R.A. A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: reestruturação e fragmentação do município de Inhumas/GO. In: MARAFON, G.J., RAMIRES, J.C.L., RIBEIRO, M.A., and PESSÔA, V.L.S., comps. *Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, pp. 399-416. ISBN 978-85-7511-443-8. <https://doi.org/10.7476/9788575114438.0023>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: reestruturação e fragmentação do município de Inhumas/GO

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira
Renato Araújo Teixeira

Delinear uma nova forma de compreender a Região Metropolitana de Goiânia foi um desafio, e, para tanto, elegemos como objeto de estudo a região de Inhumas, no estado de Goiás, por entender que esse município apresenta uma singularidade que o diferencia de toda a estrutura urbano-regional goiana.

O município de Inhumas compõe a Região Metropolitana de Goiânia e tem como centro econômico a produção de etanol. Isso propicia um estudo, no contexto municipal e regional goiano, de uma problemática singular, por causa dos reflexos dos canaviais no *front* da metrópole, e desencadeia novos olhares e abordagens sobre esse município, em função de ele responder às demandas dos *fronts* do agronegócio e da metropolização de Goiânia. A hipótese levantada é que o município de Inhumas tornou-se um espaço luminoso muito mais complexo, em virtude da tensão de forças vindas da metrópole e do campo, a qual mudou o arranjo produtivo local e gerou um descompasso na metrópole.

O primeiro argumento, que rege a tese principal do estudo em questão, é que há competição de uso e ocupação em Inhumas: um *front* da metrópole e outro do agronegócio, que, combinados, configuram o território da cidade. O segundo são as características geográficas de Inhumas: ponto de passagem para a cidade de Goiás

(patrimônio histórico-cultural); proximidade com Goiânia; solos propícios ao cultivo de cana-de-açúcar; mão de obra barata; boa malha de escoamento produtivo. Tais aspectos, somados, dão consistência ao território inhumense como apto e competitivo para reproduzir o capital.

Da década de 1990 aos dias atuais, o território de Inhumas perdeu espaço na rede urbana de Goiânia, principalmente porque o cerrado está se transformando num imenso canavial, o que destrói as cercas das fazendas em prol de investimentos no setor energético, e o estado de Goiás acompanha o ritmo do avanço da fronteira da cana-de-açúcar. No caso de Inhumas, a cidade está em descompasso em relação a Goiânia, porque a monocultura canavieira inibe o “abraço ingrato” da metrópole, mudando os arranjos produtivos locais e a forma de gestão política local. É sobre isso que trataremos neste artigo.

A dinâmica espacial na Região Metropolitana de Goiânia: um olhar a partir de Inhumas

O poder de polarização de Goiânia gera uma aglomeração urbana dispersa e expandida territorialmente numa cidade-região (Klink, 2001). Delimitá-la é complexo por causa dos limites difusos, oriundos do movimento cotidiano das pessoas entre morar e trabalhar ou estudar em cidades distintas. Para Viard (apud Lencioni, 2006, p. 31), a crescente fragmentação do espaço está associada à crescente descontinuidade da mancha urbana, que desorganiza as formas antigas de urbanização. Assim, o espaço se fragmenta em função das diferenças que se apresentam em sua estrutura econômica, política e social, isto é, constitui hierarquia nas relações de subordinação e dominação. O espaço produzido é, então, homogêneo, fragmentado e hierarquizado.

É comum se referir às metrópoles como metapólis, metrópole-região, cidade-região, exopólis. O termo aqui utilizado é cidade-região, concebido por Scott et al. (2001), porque há tendência nas grandes cidades de vivenciar mais a região do que propriamente a metrópole, em virtude da intensa migração pendular. A região é, para a população urbana, uma experiência ampla; para a metrópole, um ponto determinado.

No caso da Região Metropolitana, a inserção de Goiânia foi o propulsor espacial que alavancou o fatiamento territorial. Muitos municípios da Região Metropolitana de Goiânia cresceram e apareceram a partir da influência da capital, como mostra o mapa 1, que indica a fragmentação territorial do entorno de Goiânia.

A espacialização do mapa mostra, a partir de Inhumas, como foi sendo construída a Região Metropolitana de Goiânia de 1950 a 2010. É possível constatar que, entre Goiânia e Inhumas, foram criados vários municípios que os separam ao longo da década de 1970. Portanto, seus territórios foram sendo afastados aos poucos, em função

do surgimento de novos municípios, como Nerópolis, Nova Veneza, Goianira, Santo Antônio de Goiás, Caturai e Brazabrantes.

Mapa 1 – Estado de Goiás: fragmentação dos municípios

Por um lado, a luta por territórios (Bourdieu, 1998; Benko e Pecqueur, 2001) é um produto da prática social. No caso da escala metropolitana, os municípios do entorno são o epicentro de poder que viabiliza o domínio do território, ao passo que o espaço de fluxos financeiros, mercantis e informacionais impõe a superação de estados e fronteiras (Lima, 2009, p. 45). Por outro lado, Leite (2006, p. 14) afirma que território (Raffestin, 1993) não se resume ao território de um estado: é um produto da prática social. Como tal, envolve a apropriação, os limites e a intenção de poder sobre uma porção determinada do espaço, ao mesmo tempo que se constitui em um meio usado pelos atores que nele interagem para sua prática. Territórios são arenas políticas, na medida em que as áreas são delimitadas por um conjunto de relações sociais localizadas nelas e pelo poder implícito nessas relações.

Diante disso, cada município na Região Metropolitana de Goiânia constitui um território (Saquet, 2000, 2009), isto é, uma arena que induz a produção de relações de poder. O município de Inhumas está envolvido nessa lógica de tensões e interesses diversos, sendo o campo de forças entre as partes envolvidas na apropriação dos espaços (Haesbaert, 1995, 1997, 2004, 2006, 2010; Santos et al., 1996) materializado por meio do uso do solo. É da terra que se retira a riqueza que se transforma em capital, é no chão que fica o suor do trabalhador e se reproduz a mais-valia dos detentores dos meios de produção.

A guerra fiscal¹ é uma prática muito frequente em Goiás, pois os incentivos fiscais fazem muitos municípios tornarem-se competitivos no seleto rol das economias autossuficientes e globalizadas. Essas dinâmicas de inserção ou exclusão econômica ajudam a aflorar novos debates sobre reforma tributária.

Diante desse quadro, comparando as dez regiões de planejamento do estado de Goiás² – Metropolitana de Goiânia, Centro Goiano, Norte Goiano, Nordeste Goiano, Entorno do Distrito Federal, Sudeste Goiano, Sul Goiano, Sudoeste Goiano, Oeste Goiano, Noroeste Goiano –, entre todas, a Região Metropolitana de Goiânia concentra maior população, serviços e riqueza, mas apresenta baixos índices de produtividade, seja na produção de grãos ou leite, no rebanho bovino, entre outros. Em síntese, essa região gera desenvolvimento e emprego nos setores da construção civil, comércio e serviços, como mostra a tabela 1.

¹ De acordo com Piancastelli e Perobelli (1996, p. 22), procedimentos de concessões fiscais e creditícias implantados pelos estados têm sido generalizados e beneficiam todo e qualquer investimento, seja em capital fixo (maquinaria e equipamentos), em edificações e obras civis, em capital de giro ou em desenvolvimento tecnológico e pesquisa; não há critério de seletividade do investimento e, muito menos, explicitam-se as áreas ou os segmentos econômicos que os governos estaduais desejam realmente incentivar.

² As regiões de planejamento surgiram com a Lei n. 10.993, de 2004, da Presidência da República, com os Planos Plurianuais 2004-2007.

Tabela 1 – Estado de Goiás: participação do número de emprego das regiões de planejamento/Estado, 2009

Região	Número de emprego (%)					
	Total	Agropecuária	Indústria	Construção civil	Comércio	Serviços
001 – Metropolitana de Goiânia	54,10	9,68	42,18	67,70	52,46	62,48
002 – Centro Goiano	9,40	6,81	14,72	11,77	10,27	7,46
003 – Norte Goiano	3,37	7,01	4,15	3,20	2,80	2,91
004 – Nordeste Goiano	1,22	2,88	0,42	0,11	1,21	1,40
005 – Entorno do Distrito Federal	7,12	12,09	4,58	4,82	8,92	6,93
006 – Sudeste Goiano	3,88	8,58	5,73	3,53	3,82	2,77
007 – Sul Goiano	6,21	13,66	6,36	3,43	6,78	5,34
008 – Sudoeste Goiano	9,72	26,54	14,34	4,52	9,88	6,68
009 – Oeste Goiano	3,55	9,24	5,59	0,70	2,67	2,81
010 – Noroeste Goiano	1,43	3,50	1,94	0,23	1,20	1,22
Estado de Goiás	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Estatística Socioeconômica (2009).

A tabela 1 oferece uma visão panorâmica de como se territorializam a riqueza e o emprego por setor de atividade em Goiás. A Região Metropolitana, em relação ao estado em 2009, era a primeira em oferta de empregos nas indústrias (42,18%), na construção civil (67,70%), no comércio (52,46%) e no setor de serviços (62,48%).

Entre os setores da economia, a Região Metropolitana perde apenas no da agropecuária, com um índice de 9,68%, sendo a quarta em participação entre as dez regiões citadas, com a região do Sudoeste Goiano líder nesse setor. Esses números mostram que a região tem uma média em participação de empregos de 54,10% em todo o estado de Goiás. Essas condições favoráveis de concentração de emprego e riqueza facilitaram a fragmentação territorial nas margens da metrópole. A consolidação socioeconômica de uma metrópole alavanca um processo de metropolização, mudando os padrões territoriais e a direção de crescimento da rede urbana em escalas nacional, estadual e local. O próximo passo é entender o que representa essa me-

trópole para Goiás, em que contexto surge a Região Metropolitana de Goiânia e de que forma deve-se compreender a geografia dos municípios que formam essa região.

Um viés metodológico – geografia do município no contexto da dinâmica metropolitana

Analisar um município é como montar um grande quebra-cabeça, com peças que ilustram um conhecimento amplo e diversificado: uma vez montado, o resultado explicita uma confluência de elementos espaciais, econômicos e políticos. É um trabalho que marca a capacidade de manusear diversas escalas – a local, a regional e a global –, desenvolvendo uma estratégia metodológica que permita identificar a singularidade municipal no contexto da individualização contemporânea. No estudo em questão, fez-se necessário confrontar várias realidades socioespaciais para se compreender o todo.

Observar a dinâmica metropolitana a partir do município de Inhumas retundou especificamente em: identificar os reflexos socioespaciais da monocultura canavieira em Inhumas e região; e dimensionar a influência do processo de metropolização de Goiânia nesse município.

Além dos procedimentos usuais da pesquisa geográfica, no caso específico, fez-se necessário inserir novos recortes territoriais em virtude das interações espaciais que Inhumas estabelece com Goiânia e com os municípios que têm como pilares econômicos a agropecuária e, principalmente, a cana-de-açúcar. Com essa estratégia, percebeu-se que Inhumas polariza municípios da Região Metropolitana e outros que não fazem parte dela, o que redimensionou o recorte espacial do estudo.

Assim, para compreender um município, é preciso desenvolver estratégias de pesquisa que contemplem suas especificidades e sejam capazes de explicar as inter-relações urbano-regionais, além de caracterizar as principais nuances territoriais no âmbito das redes urbanas com suas múltiplas funcionalidades.

A geografia do município permite averiguar as particularidades regionais e suas singularidades. Numa concepção operacional, alguns aspectos são relevantes, tais como: a história territorial do município em épocas distintas; os arranjos produtivos desde a época de povoamento até os dias atuais; os aspectos físicos da região em que está inserido o município; os impactos socioambientais no município e na região de influência decorrentes das atividades econômicas dominantes; as relações de dependência e as interdependência com os centros urbanos dominantes via redes geográficas; a renda e as desigualdades sociais; a renda da terra urbana e rural; e a dinâmica do comércio local.

Desse modo, a caracterização do contexto socioespacial metropolitano por meio de análises comparativas permitiu identificar as regularidades dos fenômenos espaciais. As técnicas utilizadas para compreender dado município transitam entre tratamento e coleta de dados e informações de natureza qualitativa e quantitativa. As estratégias de pesquisa possibilitam, ainda, apreender continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças dos fenômenos sociais no município de Inhumas e na Região Metropolitana de Goiânia.

No esforço de compreender o objeto “município de Inhumas”, constatamos que fenômenos urbano-regionais apresentam uma complexidade singular, com desafios para integrar dados qualitativos e quantitativos. A saída mais adequada para a encruzilhada metodológica passou pelos seguintes pontos:

- Na aplicação dos 250 questionários na cidade de Inhumas, optamos por distribuí-los em regiões distintas (norte, sul, leste, oeste e centro) a fim de obter uma heterodoxia na coleta dos dados.
- Nas quarenta entrevistas com roteiro prévio aplicadas na cidade de Inhumas, fez-se necessário integrar e analisar as confluências de diferentes abordagens e técnicas de pesquisa em relação aos sujeitos sociais. Elencamos, como amostra social, políticos, pioneiros, donas de casa, estudantes, fazendeiros, comerciantes, desempregados, entre outros, o que exigiu flexibilidade e um esforço perceptivo/intuitivo para apreender a realidade dos sujeitos sociais.
- O estudo não utilizou técnicas de laboratório submetidas a controle, pois tratava de caso singular, no qual analisamos o objeto por meio de documentos históricos, pesquisa de campo e registro de imagens e falas.
- À medida que objeto foi se conformando, o método e as técnicas de pesquisa foram se adequando à abertura da realidade social. A totalidade, um pressuposto teórico-metodológico, foi reconstruída de maneira parcial, pois os documentos coletados, as observações *in loco*, a comparação e a verificação dos dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN), à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), à prefeitura de Inhumas, entre outras instituições, apresentaram limites, e, de alguma forma, um supriu ou complementou a lacuna do outro.

Concluimos que a cidade e a região formam um todo inseparável. O retalhamento territorial da Região Metropolitana de Goiânia pelos especuladores imobiliários reduz as terras produtivas na fronteira das metrópoles. Esse problema é claramente prejudicial aos centros urbanos menores da região, porque, em tese, a estrutura econômica organiza-se em função da cidade de Goiânia, e isso gera uma “superatração” por parte da metrópole e o subdesenvolvimento nos municípios.

As ações governamentais privilegiam os sistemas de objetos em detrimento dos sistemas de ações. Esse é a falácia do planejamento regional: o distanciamento e o conflito entre cidadãos, empresas privadas, gestão pública e lugares.

A regionalização dos serviços e as políticas públicas devem obedecer a critérios e considerações socioeconômicas das unidades regionais. Ressaltemos, ainda, a necessidade do planejamento regional nas tomadas de decisão dos órgãos institucionais, em que as condições locais, as necessidades dos municípios e principalmente de seus moradores devem ser preponderantes.

As dinâmicas espaciais, os impactos sociais, ambientais e econômicos que determinam a evolução da região do entorno de Goiânia exigem respostas das políticas públicas. Assim, espera-se que as contribuições teórico-metodológicas oriundas da pesquisa em questão possam colaborar para encaminhamentos que promovam a redução das desigualdades intra e inter-regionais no estado de Goiás, conferindo melhoria das condições de vida para os cidadãos, ao se considerarem a realidade local e o contexto regional.

Município de Inhumas: entre o processo de metropolização e o avanço do agronegócio

O município de Inhumas é um território resguardado de *autonomia jurídica* e administrativa, ou seja, configura-se como uma autarquia local, constituída por diferentes órgãos (procuradorias, secretarias, superintendências, unidades, institutos etc.), sendo entidade estatal de terceiro grau, ao lado da União e dos estados-membros.

A Constituição Federal (CF) de 1988 foi o divisor de águas na repartição de competências entre União, estados e municípios. Os municípios emergiram juridicamente como entes federativos com capacidade legiferante, isto é, aptos a legislar sobre assuntos de interesse local e de natureza político-administrativa, como a criação de distritos.

Entretanto, apesar de o município caracterizar-se territorialmente com certa autonomia, torna-se dependente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM),³ pois a maior parte dos impostos gerados no país fica centralizada com o governo federal. Os critérios utilizados para o cálculo⁴ dos coeficientes de participação estão baseados na Lei n. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) e no Decreto-Lei n. 1881/81.

A distribuição de recursos aos municípios⁵ é feita de acordo o número de habitantes: 10% dos recursos são destinados às capitais; 86,4%, aos demais municípios; e os 3,6% restantes, a um fundo de reserva que beneficia os municípios⁶ com população superior a 142.633 habitantes, excluídas as capitais.

Sabemos que, para compreender a configuração territorial de um município, a relação entre economia e população não é suficiente. É importante colocar no bojo da discussão os aspectos urbanos e regionais, pois a configuração territorial desse município se formata de acordo com as contradições dos processos da metropolização de Goiânia e o avanço do agronegócio.

Nas cidades, há ao mesmo tempo dispersão, individualidade e mobilidade dos indivíduos no espaço. Esses processos somados geram padronizações via hábitos urbanos ou metropolitanos. Impregnam-se nessa mobilidade intraurbana desenhos de relações, formas de vida, movimentos e iniciativas de transformação socioespaciais, que resultam em fragmentações socioterritoriais em escalas diversas.

Esse processo de fatiamento dos territórios em sua eira (centralidades) e em sua beira (periferização da capital) provoca uma cadeia de análises do território goiano de grande monta. Em resumo, Goiânia é uma espécie de “encruzilhada territorial”, o nó da rede que ordena o emaranhado dos espaços intraurbano e inter-regional, que transcendem a fronteira (Gomes, 2004) do estado de Goiás.

Aproveitando esse debate, destacamos Moysés (2005, p. 25), que estipula um perfil da Região Metropolitana de Goiânia que se construiu sobre um alicerce da desigualdade e sob a égide da intervenção política no espaço metropolitano. Diante disso, remetemos à lei de sua criação:

Lei Complementar n. 78, de 25 de março de 2010. Altera a Lei Complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia, autoriza o

³ Transferência constitucional (CF, art. 159, I, b), é composto de 22,5% da arrecadação do imposto de renda e do imposto sobre produtos industrializados.

⁴ Para saber a cota do município dentro de seu estado, devem-se somar os coeficientes populacionais de todos os municípios daquele estado e, em seguida, dividir o coeficiente populacional do município em questão pelo somatório dos coeficientes do estado.

⁵ Consultar <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf>.

⁶ O município de Inhumas está no coeficiente de intervalo (2 %) entre 44.149 e 50.940 habitantes.

Poder Executivo a instituir o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia, a Secretaria Executiva e a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Goiânia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, nos termos do art. 90 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º: A Lei Complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º: Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – Grande Goiânia, na forma prevista no art. 4º, inciso I, alínea ‘a’, e nos arts. 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade (*Diário Oficial* apud Moysés, 2005, p. 182).

Contudo, a mesma lei de criação da Região Metropolitana de Goiânia (Lei n. 27, de 30 de dezembro de 1999) institucionalizou o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG). Ou seja, além dos 11 municípios da Região Metropolitana de Goiânia, entraram mais sete para a formação do AGLUG: Bela Vista, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caturaí, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. Por último, incluíram também Guapó e Caldazinha, e o AGLUG passou a ser denominado Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, a RIDIG (com vinte municípios no total). O mapa 2 demonstra como se configurou o território no entorno de Goiânia.

Mapa 2 – Região Metropolitana de Goiânia (2010)

Uma vez criada a Região Metropolitana de Goiânia, ao longo da história do município de Inhumas, após a decadência da produção cafeeira na década de 1950, e da do alho na de 1990, consolidou-se a cana-de-açúcar como principal atividade agrícola; os setores econômico, político e social mudaram a partir da implantação do setor sucroalcooleiro na região. Em linhas gerais, houve uma reestruturação produtiva no município.

A reestruturação produtiva é o produto da luta entre capital e trabalho e, ao mesmo tempo, uma tentativa do sistema capitalista de gerar respostas à crise estrutural, com a finalidade de recuperar suas bases produtivas e ampliar o controle sobre o trabalho (Santos, 2010, p. 20).

A crise estrutural que o autor cita diz respeito ao regime de acumulação capitalista, que começou a apresentar sinais críticos de sua reprodução em meados da década de 1970. Defeitos nas estruturas começaram a se manifestar e a refletir na reprodução do capital, dentre os quais destacamos: contradições entre produção e consumo, produção e circulação e produção e controle; dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo; e produção do tempo livre e sua paralisante negação, com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário (Mészáros, 2003, pp. 19-20).

O caso da produção canavieira no Brasil é uma resposta às necessidades dos mercados interno e externo. O território da cana-de-açúcar em Goiás configura-se de acordo com as investidas do capital no campo em momentos históricos distintos.

Desse modo, os momentos históricos mais destacados no cultivo da cana-de-açúcar no Brasil foram:⁷ a) de 1975 a 1987, com a política do Proálcool, que teve como principal característica a rápida expansão produtiva de álcool e a redução na produção do açúcar; b) de 1988 a 2000, houve a desregulamentação do setor canavieiro, que gerou crise e estagnação e ocasionou oscilações na produção tanto de álcool quanto de açúcar; e c) de 2000 a 2011, ocorreu rápida expansão do setor sucroalcooleiro, em virtude do Plano Nacional de Energia (PNE) e, principalmente, da demanda dos mercados interno e externo pelo etanol/combustível.

O ponto de partida desta reflexão foi compreender, a partir do município de Inhumas, os reflexos da exploração canavieira em Goiás. Nesse caso, as plantações de cana-de-açúcar no *front* colocam Inhumas no descompasso da metrópole. Esse município insere-se no rol da globalização pela porta do agronegócio, tendo característica regional própria dentro do campo de força de Goiânia.

⁷ Essa periodização do avanço e do recuo da cultura canavieira no Brasil é de Castro et al. (2010, p. 176).

Os empreendimentos econômicos exercem influência tanto sobre o poder político quanto sobre a sociedade, e no estado de Goiás não é diferente; nos últimos cinco anos, o setor econômico que mais vem se destacando é o das destilarias de açúcar e álcool (sobretudo etanol).

Contudo, o setor industrial sucroalcooleiro acarreta injustiça social e degradação do meio ambiente, porque as destilarias se pautam na lógica capitalista e exploram a renda da terra e a mais-valia do trabalhador.

O problema colocado é: o impacto da produção de cana-de-açúcar em Inhumas é diferente dos demais municípios goianos? Constatamos que houve mudança dos arranjos produtivos locais, segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás/Sistema de Informação ao Consumidor (SEFAZ/SIC), porque Inhumas é um município que tradicionalmente abastece Goiânia com produtos hortifrutigranjeiros, e a indústria canavieira na borda da metrópole mudou o padrão produtivo local.

Em síntese, uma crise estrutural no sistema capitalista levou a agroindústria canavieira a se interiorizar. As destilarias chegaram ao estado de Goiás territorializando um poder econômico, político e social, como mostra o mapa 3, que indica a distribuição das usinas em Goiás.

De acordo com SEFAZ/SIC (2007), nos últimos anos, houve acréscimo no número de usinas em operação (18), em análise (15), em implantação (29) e com projeto aprovado (41). Portanto, há uma correlação e uma coincidência no sentido da espacialização das usinas em Goiás, ou seja, há eixos rodoviários preferenciais, principalmente nas BRs 153, 060, 364 e 452, como é mostrado no mapa 3 (baseado em Castro et al., 2007).

Mapa 3 – Usinas alcooleiras e sucroalcooleiras em Goiás (2010)

Esse mapa mostra maior concentração de projetos de destilaria na parte sul de Goiás. Esse fenômeno se dá, entre outros fatores, pelo prolongamento da fronteira da cana de São Paulo rumo ao estado goiano. A fronteira passa na porção noroeste de Goiânia e vai em direção a Tocantins pela vizinhança da BR-153. O cultivo da cana-de-açúcar, como qualquer outra monocultura, necessita de vias de acessibilidade rápida para o escoamento da produção.

Como já dissemos, o padrão produtivo do município mudou e a economia gira, atualmente, na órbita da produção canavieira. Inhumas tornou-se menos influenciado pela metrópole e mais influenciável pelo agronegócio. Diante disso, na Região Metropolitana de Goiânia, é o único município que possui o agronegócio como sujeito transformador social. A população de Inhumas tem como centro hegemônico econômico a produção de etanol.

Considerações finais

A análise do município de Inhumas mostra que, apesar de estar com eira e sem beira na Região Metropolitana de Goiânia, a cidade entrou no descompasso da metrópole, porque a monocultura canavieira inibe o “abraço ingrato” de Goiânia, mudando os arranjos produtivos locais e a forma de gestão política municipal. Utilizando essa expressão popular e trazendo-a para a nossa realidade, a “eira” implica as metrópoles que ficam “eirando” o capital a fim de reproduzi-lo. Inhumas está na beira desse processo de valorização do capital.

O município de Inhumas serviu de aporte logístico e político para a construção da nova capital de Goiás. Além disso, o desenvolvimento socioeconômico de Inhumas passou por acontecimentos históricos importantes. O primeiro marco foi a imigração, com estrangeiros que fixaram residência e cultivaram lavouras de café em meados da década de 1940. O enfraquecimento da cultura cafeeira significou a inserção dos fazendeiros locais, na década de 1960, com a emergência da bacia leiteira. O segundo marco deu-se no final da década de 1970, com as plantações de alho e laranja no território inhumense. Por fim, o terceiro acontecimento histórico que impactou Inhumas foi a chegada do agronegócio, com as indústrias alimentícias e, principalmente, com a instalação da destilaria de etanol, que mudou os arranjos produtivos locais.

Na tentativa de contextualizar o perfil da Região Metropolitana de Goiânia na perspectiva que envolve o município de Inhumas, constatamos como problema norteador o universo da monocultura canavieira, por tratar-se de uma particularidade ímpar dentro da realidade que compõe os municípios da Região Metropolitana de Goiânia. A tese deste capítulo girou em torno desta lógica: o município de Inhumas está numa arena de influências do campo moderno e do processo de metropolização.

Os aspectos socioeconômicos e políticos de Inhumas gravitam preferencialmente pelo tripé bacía leiteira, comércio local e agronegócio. Essa particularidade, no ritmo de desenvolvimento econômico, coloca esse município no descompasso da metrópole. A proximidade de Goiânia não é um elemento determinante para que Inhumas se desenvolva espacialmente; pelo contrário, há políticas no ordenamento territorial que procuram adiar essa aproximação física e social.

Diante disso, faz-se necessário formular caminhos analíticos a serem estudados prospectivamente no contexto regional goiano para os municípios da Região Metropolitana de Goiânia por meio de dados primários e secundários obtidos por entrevistas, trabalhos de campo, questionários, documentos e leis. Resumindo:

- Uma arena (Arrais, 2004, 2007) de processos espaciais distintos que fazem com que esse município seja singular no entorno de Goiânia, ou seja, há um campo de força entre a influência do agronegócio e a da metropolização.
- Um município que apresenta ritmo de crescimento socioespacial próprio, negando o “abraço ingrato” da metrópole.
- Um município cuja fragmentação territorial do solo é controlada pelas políticas públicas locais que inibem aberturas de loteamentos.
- Um município em descompasso com o padrão espacial de ocupação no entorno da metrópole, em virtude da territorialização de um poder econômico e político hegemônico local.

O mar de cana que enfeita o *front* da capital goiana territorializou um poder local em que os atores procuram manter-se. O uso do solo de Inhumas é complexo, pois as terras disponíveis são, em sua maioria, de pequenas propriedades. Portanto, a cultura canavieira em Inhumas avança sobre as pequenas propriedades e áreas de pastagem. Essas terras são, em sua maior parte, arrendadas, o que gera uma dependência econômica a partir do solo. Por isso, outros segmentos industriais não conseguem espaço em Inhumas, pois a inserção de outro tipo de indústria representa uma mudança nos arranjos produtivos locais.

Referências

- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia contemporânea de Goiás*. Goiânia: Vieira, 2004.
- . *A região como arena política*. Goiânia: Vieira, 2007.
- BENKO, Georges e PECQUEUR, Bernard. “Os recursos de territórios e os territórios de recursos”. *Geosul*, Florianópolis, jul.-dez. 2001, v. 16, n. 32, pp. 31-50.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1998.

- CASTRO, Selma Simões de et al. *Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais*. II Forum de C&T no Cerrado, Goiânia, 2007, pp. 9-17.
- . “A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo”. *Boletim Goiano de Geografia (Revista Eletrônica)*, Goiânia, 2010, v. 30, n. 1, pp. 171-90.
- DIÁRIO OFICIAL. Goiânia. Dispõe sobre a aprovação e implantação, no município de Goiânia, de Planos Urbanísticos Integrados, define suas características, cria nova zona de uso e dá outras providências. Lei n. 7.042, de 27 de dezembro de 1991.
- FIGUEIREDO, Roberta Maria Batista. “Territorialidade e resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu”. *Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina – Caminando en una América Latina en transformacion*. Unversidade de Montevideú, 2009, v. 1, pp. 1-20.
- FREIRE, Désirée Guichard (org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. “Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões.” In —; CASTRO, I. E. de; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004, pp. 219-22.
- HAESBAERT, Rogério. “Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão”. In CASTRO, I. et al. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, pp. 165-205.
- . *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- . *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- . *Territórios alternativos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- . *Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região – regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira. “Uso do território e investimento público”. *Revista GeoTextos (USP)*, 2006, v. 2, n. 2, pp. 13-30.
- LENCIONI, Sandra. “Reconhecendo metrópoles: território e sociedade”. In DA SILVA, C. A. e FREIRE, D. G. (orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2006.
- LIMA, Roberta Maria B. de F. “Territorialidade e resistência: práticas espaciais criando novas regras de uso do território no extrativismo do babaçu”. *Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)*. *Anais*. Montevideú, 2009. CD-ROM.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MOYSÉS, Aristides (org.). *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: Ed. UCG, 2005.
- PIANCASTELLI, Marcelo e PEROBELLI, Fernando. “ICMS: evolução recente e guerra fiscal”. *Texto de Discussão*, Brasília, fev. 1996, n. 402, pp. 1-58.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Adriano Pereira. *A usinagem do capital e o desmonte do trabalho: reestruturação produtiva nos anos 1990, o caso da Zanini S/A de Sertãozinho/SP*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SANTOS, Milton et al. (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAQUET, Marcos Aurélio. “O tempo, o espaço e o território”. In SOUZA, Á. J. de et al. (orgs.). *Paisagem território e região: em busca da identidade*. Cascavel: EDUNIOSTE, 2000, pp. 103-14.

- . “Por uma abordagem territorial”. In — e SPOSITO, E. S. *Territórios e territorialidade: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SCOTT, A. et al. “Cidades-regiões globais”. *Espaço e Debates*, São Paulo, 2001, n. 41, pp. 11-25.
- SECRETARIA de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2009. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br>. Acesso em fev. 2010.
- . *Gerência de informações estatísticas*. Disponível em <http://www.seplan.go.gov.br/sepim>. Acesso em 2007-2009.

Site consultado

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf>. Acesso em 3 jul. 2012.